



**Escola Superior  
de Educação**

Politécnico de Coimbra

# **Necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à inclusão**

Departamento de Educação

Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

2023, Mariana Dos Santos Silva



**Escola Superior  
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Mariana Dos Santos Silva

Necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à  
inclusão

Relatório Final de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico,  
apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra para  
obtenção do grau de Mestre

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Madalena Baptista

março 2022

## **Agradecimentos**

No decorrer da elaboração deste Relatório Final de Mestrado foram algumas as pessoas que me acompanharam e incentivaram, dando algum do seu saber, da sua energia e carinho. Esta caminhada contou com a ajuda de pessoas às quais gostaria de agradecer:

À Professora Doutora Madalena Baptista, a minha orientadora pela disponibilidade, por todo o apoio e conhecimento.

A todos os docentes que cruzaram o meu caminho e deixaram a sua marca.

Ao João, por todo o esforço e apoio que me deu para que os meus objetivos fossem cumpridos.

Não posso deixar de agradecer à minha família por estar sempre ao meu lado, por me apoiarem, e acreditarem em mim, o meu grande e especial obrigada à minha mãe, pela educação que me deu, pelos valores que me transmitiu e por me ter proporcionado esta vida académica.

Às minhas colegas de casa, Catarina Santos, Inês Pestana e Mariana Santos, que tornaram a vida mais leve e divertida.

A Lisboa e a Coimbra, que me trouxeram tantas pessoas incríveis à minha vida.

*Dedico este relatório ao meu avô, Manuel Carrapicho!*

## **Necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à inclusão**

Resumo:

O Relatório Final de Mestrado apresentado decorre do trabalho desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado em Educação Pré- Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico. Assim, o presente estudo teve como principais objetivos: (i) Conhecer as necessidades de Formação Contínua para a inclusão, num determinado contexto; (ii) Identificar o tipo de Formação Contínua que os professores frequentam, no âmbito da inclusão; (iii) Conhecer a perceção dos professores sobre a utilidade e aplicabilidade da Formação Contínua para a inclusão; (iv) Conceber um plano formativo para a instituição, na área da inclusão.

Na recolha dos dados empíricos para a alcance dos objetivos do estudo, privilegiou-se uma abordagem qualitativa. Estes dados foram recolhidos a partir da aplicação de uma entrevista semiestruturada, individual, com questões abertas, para recolha da informação, que foi tratada mediante a técnica de análise de conteúdo e organizada em categorias.

Os dados recolhidos mostram que, para os quatro docentes entrevistados, as necessidades relativas à inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 não são prioritariamente necessidades formativas, mas necessidades de melhoria dos Recursos Humanos e Materiais. Todavia, consideram a formação contínua muitíssimo importante e relevante para uma boa prática profissional, enfatizando que as formações devem ser de carácter mais prático.

**Palavras-chave:** Formação Contínua, Inclusão, Decreto-Lei n.º 54/2018, Recursos Humanos e Materiais.

## **Needs for continuous training of teachers of the 1st cycle of Basic Education in relation to inclusion**

Abstract:

The Master's Final Report presented emerges from the work developed within the scope of the Master's course in Pre-School Education and Teaching of the 1st Cycle of Basic Education. Thus, the present study had as main objectives: (i) Knowing the needs of Continuous Training for inclusion, in each context; (ii) Identifying the type of Continuing Education that teachers attend, within the scope of inclusion; (iii) Knowing the perception of teachers about the usefulness and applicability of Continuing Education for inclusion; (iv) Designing a training plan for the institution in inclusion.

To collect empirical data for the achievement of the study objectives, a qualitative approach was privileged. These data were collected from the application of a semi-direct, individual interview, with open questions, to collect the information, which was examined through content analysis and organized into categories.

The data collected, show that for the four teachers interviewed, the needs related to the inclusion of students under Bill n. 54/2018 are not essentially training needs but needs to improve Human and Material Resources. However, they consider Continuing Training to be extremely important and relevant for good professional practice. However, they mention that training should be theoretical-practical and not just theoretical.

**Keywords:** Continuing Education, Inclusion, Bill n. 54/2018, Human and Material Resources.

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	8
1. Educação Inclusiva: documentos orientadores das práticas atuais .....	9
2. Formação contínua de professores para a inclusão .....	14
3. Perfil do professor inclusivo.....	18
COMPONENTE EMPÍRICA .....	22
1. Definição da problemática, questões orientadoras do estudo e objetivos .....	23
2. Caracterização do contexto e dos participantes .....	25
3. Processos e técnicas de recolha e tratamentos de dados .....	27
4. Apresentação e discussão dos resultados .....	30
5. Planificação do <i>Workshop</i> .....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	389
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS .....	43
APÊNDICES .....	47
Apêndice A. Guião de entrevista- Professores do Ensino Regular.....	48
Apêndice B. Transcrição das Entrevistas- Professora A.....	53
Apêndice C. Transcrição das Entrevistas- Professor B.....	57
Apêndice D. Transcrição das Entrevistas- Professor C .....	61
Apêndice E. Transcrição das Entrevistas- Professora D.....	64
Apêndice F. Análise das entrevistas .....	70

### **Lista de abreviaturas**

1. CCPFC- Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua
2. CEB- Ciclo do Ensino Básico
3. CFAE- Centros de Formação de Associações de Escolas
4. EE. Encarregados de Educação
5. NEE- Necessidades Educativas Especiais
6. PA- Professora A
7. PB- Professor B
8. PC- Professor C
9. PD -Professora D
10. PPM- Plano Plurianual de Melhoria
11. PPM- Plano Plurianual de Melhoria

## **Introdução**

A escolha do tema das “Necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à inclusão” para o Relatório Final de Mestrado, surgiu devido ao facto de existirem muitas crianças com medidas de suporte à aprendizagem na turma onde realizei o meu estágio curricular, da Unidade Curricular de Prática Educativa II.

Os professores têm de saber dar resposta às suas necessidades formativas e às necessidades de diferentes abordagens que os alunos apresentam. Assim, para que os professores contribuam para a inclusão de todas as crianças no ensino regular, devem frequentar com regularidade formações que permitam atualizar e enriquecer as suas práticas.

Segundo Ainscow (2000), uma das principais soluções para dar resposta aos desafios sentidos pelos professores nas suas práticas, é reforçar a formação inicial dos professores, pois é essa formação que irá dar aprendizagens e conhecimentos aos mesmos para uma ideologia inclusiva. A formação contínua desenvolve e melhora essas aprendizagens e favorece a discussão e a tomada de decisão sobre casos concretos que surgem nas salas de aula.

A formação contínua pode ajudar os docentes a enfrentar os desafios da escola inclusiva e a ultrapassar as suas dificuldades e adquirir novos conhecimentos e atitudes para lidar com as diferenças que existem entre os seus alunos, promovendo práticas inovadoras e mudanças de atitudes que permitam uma maior abertura à inclusão, ajudando a resolver assim os desafios colocados aos professores.

O presente estudo pretende auscultar as necessidades formativas de quatro professores de um determinado contexto educativo e está organizado em duas partes: Enquadramento Teórico e a Componente Empírica.

O Enquadramento Teórico, encontra-se dividido em três pontos. O primeiro incide sobre a educação inclusiva, quais os documentos orientadores das práticas atuais. O segundo recai sobre a formação contínua de professores para a inclusão e por fim o terceiro ponto centra-se no perfil do professor inclusivo.

A Componente empírica, está subdividida em cinco pontos distintos, o primeiro diz respeito à definição da problemática, questões orientadoras do estudo e objetivos. O segundo ponto é a caracterização do contexto e dos participantes, o terceiro centra-se no processo e técnicas de recolha e tratamentos de dados. O quarto ponto é a apresentação e discussão dos resultados e o último ponto é a planificação do *Workshop*.

## **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **1. Educação Inclusiva: documentos orientadores das práticas atuais**

Ao longo dos anos, as sociedades têm desenvolvido práticas e conceitos diversos de forma a promover a inclusão escolar, com o intuito de ser capaz de responder com sucesso à diversidade dos alunos que a frequentam.

Neste sentido, Portugal corroborou, segundo Sanches-Ferreira, Silveira-Maia, & Alves (2014), diversos acordos internacionais e convenções, como por exemplo, a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), assumindo como princípio orientador o desenvolvimento da igualdade de oportunidades em termos de acesso genuíno à aprendizagem, a experiências que respeitem as diferenças individuais e à educação de qualidade para todos.

Para além, destes acordos e convenções, o governo ao longo dos anos foi divulgando diversos decretos-lei, de forma a colmatar as necessidades que o ensino português apresentava. Assim, recentemente, em julho de 2018, o governo vigente aprovou o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, onde foi estabelecido o regime jurídico da educação inclusiva, que veio trazer uma mudança e uma adequação a um novo paradigma, o compromisso com a inclusão de todos os alunos.

A mudança mais significativa neste decreto, é o facto de deixar de existir a “categoria” anteriormente utilizada Necessidades Educativas Especiais (NEE). Assim, as escolas apresentam um papel fundamental de assumir medidas que sejam capazes de assegurar a igualdade de acesso à educação para todos como parte integrante do sistema educacional, bem como, garantir uma aprendizagem de qualidade a fim de promover o sucesso educativo de todos os alunos.

Logo, as escolas têm ao seu dispor um enquadramento legal que estimula o desenvolvimento de planos únicos e próprios como estratégias potenciadoras de melhores aprendizagens para todos. Desta forma, as escolas têm criadas todas as condições para que os alunos possam frequentar o ensino de maneira inclusiva.

Nomeadamente, o ensino do 1.º ciclo contempla diversos documentos normativos, como por exemplo, as Aprendizagens Essenciais, o Perfil dos Alunos à Saída

da Escolaridade Obrigatória e o Decreto-Lei n.º 54/2018, que pretendem combater as discriminações que anteriormente existiam, de forma a “construir” uma sociedade inclusiva.

Principalmente, o Decreto-lei n.º 54/2018, baseia-se numa educação inclusiva, pois tem como objetivo que cada aluno tenha direito a uma educação que corresponda às suas necessidades. Sendo que,

“(…) o presente decreto-lei tem como eixo central de orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno (…)” (p. 2918)

Tal como é referido no Decreto-lei n.º 54/2018, cada estabelecimento de ensino, tem a possibilidade de definir,

“(…) modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemática da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses.” (p. 2919)

Com isto, este decreto-lei pretende salientar que o conceito educação inclusiva é o termo correto para definir a educação em vez de educação especial, tendo como objetivo todas as escolas trabalharem para educar, sem exceção, todos os alunos independentemente das suas características. O decreto-lei implica que tem de se assumir que todos os alunos têm necessidades educativas diferentes, não deve existir uma categorização distinta. Desse modo, foram criadas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, para adequar às necessidades e potencialidades de cada aluno. As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são divididas em três níveis de intervenção: (i) as medidas universais são as que dão uma resposta educativa que a escola tem disponível para todos os alunos; (ii) as medidas seletivas são as medidas que têm como objetivo combater as necessidades de suporte à aprendizagem não abolidas pela aplicação das

medidas universais; e por fim, (iii) as medidas adicionais têm como objetivo combater as dificuldades acentuadas dos alunos, que exigem apoio específico à aprendizagem e à inclusão.

Segundo Costa, Leitão, Morgado e Pinto (2006), a formação contínua de professores na área das necessidades educativas especiais é fundamental, uma vez que através da formação contínua os professores desenvolvem competências que promovem práticas educativas inclusivas, auxiliando-os a trabalhar com a diversidade dos seus alunos e a ultrapassar as dificuldades inerentes à escola inclusiva.

Através da formação contínua os professores “aprendem” a colmatar as dificuldades e a promover práticas educativas de forma a que os alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 sejam incluídos em sala de aula do ensino regular.

Consideramos que a inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 reduz a divisão que inicialmente existia, promovendo a socialização de todos os alunos, isto é, as suas competências sociais e de comunicação são desenvolvidas através da interação com as outras crianças. Além disto possibilita, que as crianças ao abrigo do decreto, aprendam novas competências através das aprendizagens com os seus pares, contribuindo para o seu desenvolvimento cognitivo e social. Os seus pares que não se encontram abrangidos pelas medidas do Decreto-Lei n.º 54/2018, desenvolvem inúmeras aprendizagens, nomeadamente, o sentido de responsabilidade e de aceitação; os alunos aprendem a aceitar as diferenças e a normalizá-las, adquirindo um espírito de entreaajuda na escola e mais tarde na sociedade.

“A inclusão, mais do que uma dimensão técnica, tem uma dimensão ética, social e política. Nas sociedades atuais a exclusão da escola tenderá a constituir-se como o primeiro passo para a exclusão social” (Pinheiro. J, p.48).

As escolas devem apresentar estruturas e práticas educativas que vão ao encontro dos valores relativos à inclusão. Sendo os órgãos de gestão das escolas, que têm o poder de garantir que esses mesmos valores sejam respeitados promovendo assim, uma verdadeira inclusão.

A filosofia de uma escola inclusiva, segundo Correia (2013) assenta em sete princípios muito importantes, sendo estes o sentido de comunidade, a liderança, a colaboração e cooperação, a flexibilidade curricular, a formação do pessoal docente e não docente, os serviços de educação especial e os apoios educativos. Uma escola, para ser inclusiva deverá ter estes aspetos em atenção só assim é que os alunos se sentiram totalmente incluídos.

Correia (2008), subdividiu a inclusão em três níveis: a inclusão total, onde devem estar incluídos a maioria dos alunos com situações ligeiras e moderadas; a inclusão moderada, onde se deve incluir um pequeno número de alunos com situações moderadas e severas; e por último, a inclusão limitada, onde devem ser incluídos um número mínimo de alunos com situações muito severas.

A inclusão tem como objetivo responder às necessidades de todos os alunos, entendendo que cada aluno tem necessidades diferentes, com o propósito de evitar a exclusão escolar. O espaço escolar é considerado um ambiente de socialização, sendo a inclusão um processo que promove um sentimento de solidariedade e de cooperação entre todos os alunos (Figueiredo, 2015).

É necessário que todos os agentes educativos, comuniquem regularmente e que ambas as partes reflitam e valorizem todos os comportamentos da criança. Figueiredo considera que “o processo de inclusão inicia-se nas próprias famílias.” (p.19).

A UNESCO (1997) refere que,

“(..) o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas dos seus alunos, devem também ter em conta diferentes estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos, tentando assegurar uma educação adaptada às necessidades e especificidades dos alunos, quer tenham necessidades educativas especiais ou não.” (p.11).

A inclusão deve assegurar a igualdade, os direitos humanos, a fraternidade, mas, como afirmam Sanches & Teodoro (2006), estes conceitos muitas vezes não são postos em prática.

Há diversos autores, tais como, Cardoso (2011), Figueiredo (2015), Sanches (2005), Moura (2014) & Lança (2017), que afirmam que há diversas vantagens e obstáculos na implementação da inclusão. As vantagens que estes autores enumeram são: (i) a prevenção da exclusão social; (ii) a promoção de atitudes de aceitação e valorização da diferença e (iii) cooperação de parceria pedagógica e aprendizagem com os pares. Os obstáculos que referem são: (i) o preconceito, associando inclusão a indivíduos com deficiência; (ii) a falta de formação inicial dos professores e carência de formação contínua; (iii) edifícios escolares que não estão preparados para alunos com deficiência; (iv) a ausência de recursos humanos e materiais e (v) crescem as exigências realizadas na gestão do trabalho desenvolvido nas turmas com alunos com necessidades especiais.

Assim, para dar resposta ao processo inclusivo, Ferreira, Prado e Cadaveiro (2017), afirmam que deve ser criado um programa de formação para professores para que estes possam desenvolver novas competências, sendo este um fator fundamental para o desenvolvimento da inclusão. Deste modo, a inclusão escolar não depende só da identificação das necessidades educativas especiais dos alunos e da criação e implementação de programas de intervenção específicos, ainda que este seja um aspeto crucial. Depende também do modo como os professores perspetivam o currículo e gerem as atividades nas salas de aula.

Neste sentido, o próximo capítulo será sobre a formação contínua de professores para a inclusão, uma vez que é através da formação continua que os professores adquirem competências e conhecimentos necessários para corresponderem às necessidades dos seus alunos.

## **2. Formação contínua de professores para a inclusão**

A formação contínua significa dar continuidade ao processo de formação e de conhecimento do docente, tal como refere Laranjeira, Abreu, Nogueira & Soligo (1999),

“Não se trata de algo que acontece eventualmente, nem de um instrumento destinado a suprir deficiências de uma formação inicial mal feita ou de baixa qualidade, e sim, deve ser sempre parte integrante do exercício profissional do professor.” (p. 25).

Corroborando, Nascimento (2003) salienta que a formação continua é uma renovação constante do conhecimento do docente, e que acontece após a formação inicial, de forma a melhorar as qualificações pessoais.

Na mesma linha, Santos (1998) citado por Santos e Silva (2009) definem formação continua como “todas as formas deliberadas e organizadas de aperfeiçoamento profissional do docente, seja através de palestras, seminários, cursos, oficinas ou outras propostas”.

Demailly (1992) citado em Silva (2011) realça que a formação contínua se realiza a partir dos eixos da formalidade e da informalidade. O eixo formal refere-se a uma estruturação delegada numa instância especializada de organização e estruturada de modos coletivos, como em Seminários, Treinamentos, Cursos, Programas e Projetos. Já no eixo informal, as aprendizagens são adquiridas por contato, imitação, interiorização de saberes, saber-fazer e saberes comportamentais. Ainda segundo Demailly (1992), citado em Silva (2011), a formação contínua se dá em quatro formas:

- (i) Forma universitária: os formandos estão vinculados a uma instituição formadora, de carácter formal, que promove uma titulação específica. Tem como finalidade essencial a transmissão do saber e da teoria. Um exemplo são as qualificações das graduações ou pós-graduações.
- (ii) Forma escolar: há uma relação institucional do ensino definida pelos organizadores ou contratantes. Os programas são definidos pelos que o contratam.
- (iii) Forma contratual: há uma negociação entre o formando e o formador pelo programa pretendido, das modalidades materiais e pedagógicas da aprendizagem.

(iv) Forma interativo-reflexiva: as iniciativas de formação partem de uma relação conjunta entre formadores e formandos, ligados a uma resolução de problemas reais.

Deste modo, é importante referir que a formação continua de professores deve ser feita de forma a colocá-los no lugar de agentes da própria formação. Esta não deve por obrigação, e sim por um desejo de estar sempre atualizado e informado. Tal como Alarcão (2007) Pimenta & Libâneo (1999) citado em Silva (2011) referem “[...] ninguém nasce professor, faz-se professor; aprende-se a ser professor [...]” (p. 6).

Este processo de aprendizagem continua está relacionada com a vontade do profissional de educação, em aprender mais, aprender com o outro e de transmitir a sua aprendizagem. Sendo que, este tipo de conhecimento contínuo do professor leva a um efeito positivo no sistema escolar, pois contribui para a melhoria da qualidade da educação oferecida à população.

A formação contínua de professores tem ganho destaque e tem sido cada vez mais motivo de preocupação, pois é cada vez mais uma prioridade que os professores se sintam preparados para enfrentar os desafios que surjam em contexto educativo e a formação contínua é uma ferramenta valiosa, pois ajuda os professores ajustarem as suas práticas educativas de acordo com as suas necessidades.

A inclusão escolar só pode ter sucesso se os professores conseguirem dar resposta à diversidade na sala de aula, é fundamental que exista uma maior qualificação profissional, formação contínua e mais disponibilidade para tal (Silva, Ribeiro e Carvalho, 2013). Para além de que, para ser proporcionado um ambiente inclusivo os professores devem ter acesso a um programa de formação para que possam adquirir novas competências (Ferreira, Prado e Cadaveico, 2017).

A comunidade escolar deve ter acesso a uma formação específica, que lhes permita dar uma resposta mínima às problemáticas apresentadas pelos alunos. Sanches (2011) e Silva (2011) apontam a investigação-ação como uma estratégia de formação de professores, pois desenvolve o sentido de reflexão, promovendo uma atitude de investigação e emancipação.

Para além disso, é muitíssimo importante que exista uma colaboração entre o professor do ensino regular, o professor de educação especial, os pais e com o respetivo aluno. Tal como afirmam Silva, Ribeiro e Carvalho (2013) sobre as atitudes e práticas dos professores face à inclusão de alunos com necessidades específicas conclui-se que para estes é importante ter mais formação para que consigam dar resposta à diversidade na sala de aula e que os professores devem cooperar em conjunto com os professores de educação especial, com os pais e respetivos intervenientes.

Contudo, Correia e Fernandes (2019) referem que a maioria dos professores já dispõem de formação especializada, sendo esta acreditada por universidades e escolas superiores que dispõem cursos de 250 horas no mínimo, tendo uma componente geral de Ciências da Educação e uma componente específica de especialização.

A formação contínua pode também ser perspetivada não como forma de preencher lacunas pré-existentes, mas como meio de desenvolvimento profissional. Com efeito, a preparação para uma profissão não fica acabada com a formação inicial, é necessário que seja continuada ao longo de todo o percurso profissional, melhorando os seus conhecimentos, desenvolvendo capacidades e, eventualmente, modificando atitudes.

A formação contínua de professores tem como objetivo que os docentes adquiram e construam novos conhecimentos e experiências, contribuindo para que utilizem novas práticas, mais eficazes para a aprendizagens dos seus alunos. Essas formações têm de ter em conta os contextos e as necessidades dos docentes, pois professores de um certo agrupamento escolar podem ter diferentes necessidades de outro agrupamento, tendo em conta os contextos em que estão inseridos e as particularidades dos seus alunos e as suas características. Essas formações também devem ajudar os docentes a utilizarem os seus pontos fortes, as suas competências, para ultrapassarem as suas dificuldades.

Nessas formações é importante que exista uma análise das práticas educativas dos professores, para que os docentes possam expor as suas dificuldades e problemas, para que as mesmas possam ser ultrapassadas, procurando assim garantir um melhor processo de aprendizagem para os alunos.

A formação contínua de professores, nesse sentido, passa a ser encarada como uma mais-valia para os docentes no processo de ensino-aprendizagem dos seus alunos (ao abrigo ou não do Decreto-Lei n.º 54/2018), para a integração de novas aprendizagens, sejam elas teóricas ou práticas. A formação também contribui para o desenvolvimento profissional dos professores e para a melhoria das suas práticas pedagógicas, como já foi mencionado. Então, a escola enquanto instituição educacional, necessita também de proporcionar meios e tempo para que os mesmos possam compreender a sua própria realidade institucional, analisá-la e, conseqüentemente, transformá-la consoante as suas necessidades e as dos alunos. Assim, será desenvolvido um processo de formação que possibilita a melhoria na prática docente, tanto a nível individual, como coletivo.

A formação de professores tem os seus objetivos, e de acordo com Dewey (1974) citado por Alarcão e Tavares (1987), o objetivo fulcral da formação de docentes é criar nos formandos (os professores) um espírito crítico em relação às suas práticas profissionais, que eles sejam capazes observar o contexto das suas salas de aula e dos seus alunos, para que consigam corresponder às necessidades dos mesmos, e caso não souberem como o fazer, refletir sobre o que podem fazer para ultrapassarem as dificuldades.

Assim, a formação contínua é uma ferramenta que permite aos docentes adquirirem técnicas e conhecimentos necessários para conseguirem responder às necessidades dos seus alunos, mas é necessário pôr esse conhecimento em prática. A formação contínua pode fomentar a inclusão, se os professores trabalharem em conjunto e discutirem medidas, de como as pôr em prática, partilharem conhecimentos para conseguirem adequar e de certa forma conseguirem transmitir os conteúdos do currículo, de uma forma que todos os alunos entendam, logo, todos eles consigam realizar as aprendizagens, de acordo as necessidades educativas de cada um.

A formação contínua é fundamental e importantíssima na promoção de mudanças no sistema educacional atual. Os decretos-lei 55 e 54 de 2018 apresentam-se como desafios e oportunidades da escola mudar, inovar e ser verdadeiramente inclusiva. Ambos os decretos pretendem que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando as suas diferenças e necessidades individuais.

### 3. Perfil do professor inclusivo

Um professor inclusivo é aquele que estabelece um ambiente de aprendizagem que seja acessível e equitativo para todos os alunos, independentemente de suas habilidades, origem cultural, raça, gênero ou orientação sexual. Tal como mencionado anteriormente, a inclusão deve ser uma abordagem holística que envolva a criação de um ambiente de aprendizagem que atenda às necessidades individuais de cada aluno, permitindo que todos os alunos se sintam valorizados e respeitados.

O professor inclusivo deve valorizar e respeitar a diversidade da sua sala de aula e reconhecer que cada aluno tem necessidades e habilidades diferentes, isto é, não existem crianças iguais. O docente deve ser flexível na sua abordagem de ensino, oferecendo opções de atividades e avaliações, ajustando o ritmo de ensino e oferecendo suporte adicional sempre que necessário. Neste sentido, este deve, sempre que possível, adaptar o currículo e os métodos de ensino para atender às necessidades dos alunos.

Para além disto, os professores devem ser empáticos e capazes de se colocar no lugar do aluno, compreendendo as dificuldades que estes possam estar a enfrentar. Também devem ser abertos à comunicação com os alunos e com as suas famílias, ouvindo e respondendo às necessidades e preocupações de cada criança.

Com base no Perfil de Professores Inclusivos (2012) é possível definir que um professor inclusivo deve ter:

(i) **Conhecimento sobre diversidade:** O professor inclusivo deve estar ciente das diversas diversidades. Sendo que, “ (...) a diferença é considerada um recurso e um valor para a educação (p.7)”;

(ii) **Flexibilidade:** O professor inclusivo deve ser flexível na sua abordagem de ensino, reconhecendo que cada aluno tem necessidades diferentes e aprende de maneiras diferentes. Assim, deve “usar estratégias de ensino baseadas em evidências para atingir as metas de aprendizagem, percursos alternativos de aprendizagem, ensino flexível e feedback (p.16)”;

(iii) **Comunicação aberta:** O professor inclusivo deve ser aberto à comunicação com os alunos e com as suas famílias, ou seja, deve “ver a comunicação e a colaboração com os pais e as famílias como uma responsabilidade do professor (p.16)”;

(iv) **Empatia:** O professor inclusivo deve ser capaz de se colocar no lugar do aluno, ou seja, “ser empático com as diversas necessidades dos alunos (p.13);

(v) **Adaptação:** O professor inclusivo deve ser capaz de adaptar o currículo e os métodos de ensino para atender às necessidades dos alunos. “(...) em algumas ocasiões, dificuldades específicas de aprendizagem exigem adaptações do currículo e das abordagens de ensino (p.15)”;

(vi) **Colaboração:** O professor inclusivo deve trabalhar em conjunto com outros professores, profissionais de educação especial e profissionais de apoio para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo. “colaboração e trabalho em equipa são metodologias essenciais para todos os professores (p.7)”;

Para além do mencionado, referimos de seguida, tendo por referência o Perfil de Professores Inclusivos (2012), o tipo de práticas um professor inclusivo:

(i) **Desenvolver uma cultura inclusiva:** O professor inclusivo deve criar uma cultura inclusiva na sua sala de aula, garantindo que todos os alunos sejam tratados com respeito e valorizando as suas diferenças. Sendo que todos devem “respeitar os contextos culturais e sociais e as perspetivas dos pais e famílias (p.16);

(ii) **Uso de materiais acessíveis:** O professor inclusivo deve utilizar materiais acessíveis, como texto grande, Braille, audiolivros e legendas de vídeo para garantir que todos os alunos possam ter acesso aos conteúdos lecionados. Sendo que deve existir uma “diferenciação do conteúdo curricular, processo de aprendizagem e materiais didáticos tendo como objetivo incluir os alunos e responder às suas necessidades (p.16)”;

(iii) **Apoiar todos os alunos:** O professor inclusivo deve trabalhar em conjunto com outros profissionais de educação para garantir que todos alunos têm o apoio necessário. Uma vez que todos “os professores têm elevadas expectativas sobre os resultados a atingir por todos os alunos (p.12)”;

(iv) **Criar oportunidades para o sucesso:** O professor inclusivo deve criar oportunidades para o sucesso de todos os alunos, reconhecendo e celebrando as realizações de cada aluno. A “ diversidade deve ser respeitada, valorizada e entendida como um recurso que aumenta as oportunidades de aprendizagem e acrescenta valor às escolas, comunidades locais e sociedade (p13)”;

De forma a apoiar a formação dos professores, foi elaborado o Perfil de Professores Inclusivos em 2012, este “foi desenvolvido como um guia para a conceção e implementação de programas de formação inicial de professores (p. 21).” Deste modo, este pode ser uma ferramenta de autorreflexão para todos os docentes.

O Perfil de Professores Inclusivos (2012), estabeleceu um Projeto Formação de Professores para a Inclusão que “apresenta os valores essenciais e as áreas de competência que permitem a todos os professores trabalhar em educação inclusiva (p.26)”.

Em Portugal, existem imensos documentos que os professores inclusivos devem consultar e analisar com frequência, de forma a melhorar e adequar as suas práticas mediante o tipo de alunos que têm.

Para além do documento anteriormente referido, o Decreto-Lei n.º 54/2018 é um dos documentos que deve ser consultado com frequência, pois menciona diversas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que os docentes devem dominar, pois

“ têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória (p.2921)”.

Deste modo, considero que um professor inclusivo é aquele que valoriza e respeita a diversidade na sua sala de aula e trabalha para criar um ambiente de aprendizagem acessível e equitativo para todos os alunos, oferecendo assim um suporte personalizado e adaptado para cada criança.

## **COMPONENTE EMPÍRICA**

## **1. Definição da problemática, questões orientadoras do estudo e objetivos**

Como mencionei anteriormente, o tema do Relatório Final de Mestrado, surgiu devido ao facto de existirem muitas crianças com medidas de suporte à aprendizagem na turma onde realizei o meu estágio curricular, da Unidade Curricular de Prática Educativa II. A presente turma, é composta por dezanove crianças, nove rapazes e dez raparigas, com idades compreendidas entre os oito e dez anos. Sendo que, na turma existem sete alunos sinalizados e que têm direito a medidas Educativas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Destes sete alunos, cinco têm medidas seletivas e dois têm medidas adicionais.

Este número elevado de crianças sinalizadas, deixou-me interessada em conhecer melhor o sistema português de formação contínua de professores, visto que alguns dos docentes entrevistados evidenciam algumas necessidades de formação.

Inicialmente, o sistema português de formação contínua de professores, tinha como objetivo oferecer uma formação contínua para professores de todos os níveis de ensino e todos os grupos de docência. Esta formação era normalmente obrigatória, uma vez que tinha implicações na progressão de carreira para quem a frequentasse e, na altura, era gratuita, uma vez que estavam previstos fundos comunitários que cobriam a mesma.

Contudo, o sistema português de formação contínua de professores tem sofrido algumas alterações ao longo dos anos, sendo que os processos formativos são definidos a partir das necessidades das escolas, com a intenção óbvia de articular formação contínua, desenvolvimento organizacional das escolas e desenvolvimento profissional dos professores. Assim, as sucessivas alterações revelam um progressivo enfoque para modalidades de formação de cariz menos escolarizado, modalidades com maior duração e que pressupõem o acompanhamento das práticas.

Atualmente, a formação contínua pode assumir as seguintes modalidades:

- (i) cursos de formação;
- (ii) oficinas de formação;
- (iii) círculos de estudos;

- (iv) ações de curta duração.

O Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) é a entidade que acredita as formações que os docentes frequentam, ou seja, é a entidade que faz o reconhecimento da entidade formadora, da ação de formação e a sua certificação em todas as modalidades de formação, à exceção das ações de curta duração.

Apesar da inclusão ter vindo a ser um tema recorrente nas ações de formação contínua promovidas pelos Centros de Formação de Associações de Escolas (CFAE), ainda assim, parece legítimo questionar se os processos e modalidades formativos que têm sido desenvolvidos respondem às reais necessidades de formação dos professores.

Deste modo, surgiram algumas questões ao longo deste estudo, tais como: “Que tipo de formação contínua deve um professor de 1.º CEB frequentar, tendo em vista a inclusão?”; “Existem formações contínuas que dão resposta às necessidades dos professores sobre o tema da inclusão?”.

A partir destas questões que surgiram ao longo do estudo, procedeu-se ao delinear dos objetivos do mesmo. Os objetivos do estudo prenderam-se ainda com a intenção de analisar e identificar a frequência e o tipo de formação contínua que os professores frequentaram, tendo em vista a elaboração de um plano formativo nesse sentido. Para isso, definiram-se quatro objetivos gerais:

- (i) Conhecer as necessidades de Formação Contínua para a inclusão, num determinado contexto;
- (ii) Identificar o tipo de Formação Contínua que os professores frequentaram, no âmbito da inclusão;
- (iii) Conhecer a perceção dos professores sobre a utilidade e aplicabilidade da Formação Contínua para a inclusão;
- (iv) Conceber um plano formativo para a instituição, na área da inclusão.

## **2. Caracterização do contexto e dos participantes no estudo**

Situado a norte do concelho de Coimbra, o Agrupamento de Escolas é constituído por vinte e dois estabelecimentos que abrangem as diferentes valências de ensino, desde o pré-escolar ao 3º Ciclo do Ensino Básico (CEB).

O contexto escolar onde realizamos a investigação para o relatório final de mestrado, está inserido num meio social desfavorecido, isto é, um bairro social. Deste modo, a sua comunidade extraescolar é constituída por um numeroso e heterogéneo agregado humano que sob o ponto de vista sociocultural apresenta uma variedade de características típicas das periferias urbanas. Apresenta, ainda, um setor de população que se ocupa da agricultura tradicional e outro que se desloca diariamente para a prestação de serviços. O principal meio de subsistência das famílias é o trabalho assalariado ou independente do setor secundário e terciário (Plano Plurianual de Melhoria (PPM), 2018).

Esta distribuição, genericamente descrita, configura uma comunidade que em termos de padronização sociológica se identifica com os estratos “médio” e “médio baixo”. É neste contexto que se organiza comunitariamente a vida, com freguesias dinâmicas, associações de carácter cultural e recreativo e clubes desportivos ativos, proporcionando uma multiculturalidade rural/urbana. Segundo o Plano Plurianual de Melhoria (PPM, 2018) do agrupamento, existem também zonas específicas de pobreza estrutural. As situações de exclusão ou risco social relacionam-se com ruturas várias ao nível do trabalho, da família e modos de vida da etnia cigana. Os pais e encarregados de educação têm um nível cultural heterogéneo, desde a educação e formação básica até à educação e formação superior, sendo notória uma maior incidência na primeira, o que se poderá traduzir numa desvalorização do papel da escola por parte de encarregados de educação e, conseqüentemente dos alunos.

Os núcleos familiares são relativamente pequenos, sendo constituídos maioritariamente por três ou quatro elementos. “As famílias mais numerosas, com mais de quatro elementos, são geralmente de etnia cigana. Frequentam o agrupamento cerca de noventa alunos de etnia cigana. A relevância da etnia cigana assume-se não só devido ao número de alunos que frequenta o Agrupamento, mas principalmente, por ser aquela

que menos valoriza a importância da escolarização e da certificação escolar.” (PPM, 2018, p.6)

Perante esta vasta diversidade cultural e étnica, é muito importante que a comunicação entre a escola e os Encarregados e Educação (EE), e até com as crianças seja fomentada. Salienta-se aqui o trabalho acrescido dos professores, psicólogas, técnica de serviço social, mediadora, animadora cultural/social e assistentes operacionais em termos de esforço de socialização secundária destes alunos e de valorização da cultura escolar para o projeto de vida dos mesmos.

Relativamente aos participantes, entrevistamos quatro professores do 1.º CEB, isto é, do 1.º, 2.º, 3.º, 4.º anos, apresentando em seguida a caracterização socioprofissional de cada docente da escola onde fizemos o nosso estágio do 2º ano do mestrado.

**Professora A-** Tirou a sua Licenciatura em 1ºCEB, em Viseu. É o seu primeiro ano a trabalhar na escola. Não possui nenhuma formação na área da Educação Especial ou Inclusiva. Frequenta regularmente ações de formação.

**Professor B-** É professor do 1.º CEB, tirou o Magistério e de seguida fez Estudo Portugueses na Faculdade de Letras de Coimbra e tirou, ainda, uma Pós-Graduação em Educação Especial. Frequenta regularmente ações de formação. Está no agrupamento há quinze anos e na presente escola há 5 anos.

**Professor C-** Tirou a Licenciatura em 1.ºCEB, trabalha na presente escola há cinco anos. Não possui nenhuma formação na área da Educação Especial ou Inclusiva e regularmente frequenta ações de formação.

**Professora D-** Tirou a Licenciatura em 1.ºCEB e fez uma Pós-Graduação e especialização em Educação- Especial. Já trabalhou em contextos com alunos com necessidades específicas. Este é o seu primeiro ano nesta escola. Para além de professora do ensino regular, também já foi professora de Educação Especial.

### **3. Processos e técnicas de recolha e tratamentos de dados**

Para este estudo, para além da análise documental do Projeto Educativo da Escola, do Plano Plurianual de Melhoria e de outros documentos que ajudaram a caraterizar o contexto em que o estudo foi efetuado, foi elaborado um guião de entrevista estruturada (Apêndice A), sendo que todos os entrevistados, isto é, quatro professores, responderam às mesmas perguntas. O guião elaborado centra-se em três grandes temas: (i) formação contínua; (ii) resposta aos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018; (iii) formação contínua para a inclusão de alunos com medidas de apoio ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 .

Bogdan e Biklen (1994) definem a entrevista como “uma conversa propositada, entre duas ou mais pessoas, dirigida por um dos participantes, com o objetivo de obter informações sobre o outro (p.34)”. A entrevista assume-se como uma técnica de recolha de informação que se baseia num encontro entre o investigador, munido de um guião de recolha de informação e o(s) objeto(s) de investigação, que respondem às questões colocadas. Também Fontana e Frey (1994), citados por Aires (2017), referem que as entrevistas estruturadas consistem na “interação entre entrevistador e entrevistado com base num conjunto de perguntas pré-estabelecidas e num conjunto limitado de categorias de resposta; as respostas são registadas pelo entrevistador de acordo com o sistema de codificação previamente estabelecido (p.28)”. Ademais, Coutinho (2011) refere que o objetivo das entrevistas é sempre o de conhecer o ponto de vista dos participantes, numa conversa que é orientada para objetivos precisos.

Neste sentido, em concordância com Olabuenaga (2007) nas entrevistas estruturadas espera-se que o entrevistador: (i) formule uma série de perguntas com uma sucessão de respostas pré-determinadas; (ii) controle o ritmo da entrevista seguindo um padrão standardizado e direto; (iii) explique, sucintamente, o objetivo e motivação do estudo; (iv) não altere a ordem nem a formulação das perguntas; (v) seja imparcial, não expressando as suas opiniões; (vi) estabeleça uma “relação equilibrada” que implique familiaridade e impessoalidade em simultâneo. Todos os entrevistados devem: (i) responder às mesmas questões; (ii) escutar as perguntas seguindo a mesma ordem e formato. Para além disto, as respostas: (i) devem ser fechadas; (ii) podem ser gravadas consoante o sistema de codificação previamente estabelecido.

As entrevistas foram realizadas no Centro Escolar, onde foi realizado o estágio curricular da Unidade Curricular de Prática Educativa II, em horário combinado com os entrevistados.

Antes de iniciar as entrevistas, com a finalidade de contextualizar os entrevistados, demos a conhecer o tema da investigação “educação Inclusiva e formação contínua de professores”, realçamos a importância do contributo do entrevistado, garantiu-se o seu anonimato, deu-se uma noção aproximada da duração da entrevista e solicitou-se autorização para gravas a mesma.

Em seguida, a fim de caracterizar os entrevistados, foram colocadas questões relacionadas com o seu percurso académico e profissional. Posteriormente, foram colocadas questões em três grandes blocos: 1) Formação contínua dos professores na área da educação no geral; 2) Resposta aos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 e 3) Formação contínua de professores para a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018.

Para cada um destes blocos foram criadas questões como:

Blocos	Perguntas
1 - Formação contínua dos professores na área da educação no geral	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Costuma frequentar ações de formação regularmente?</li> <li>2. Sobre que temas foram as ações de formação contínua que frequentou? Porque escolheu esses temas?</li> <li>3. Que modalidade de formação contínua considera mais pertinente para os professores? Porquê?</li> <li>4. Considera que as ações de formação contínua que frequentou tiveram efeitos na sua prática profissional?</li> <li>5. Qual é/foi o impacto dessas formações para a sua prática profissional?</li> </ol>
2 - Resposta aos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018	<ol style="list-style-type: none"> <li>6. Na sua formação inicial foi abordada a questão da inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?</li> <li>7. O que pensa sobre a inclusão destes alunos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, em sala de aula?</li> </ol>

	<p>8. De que forma é que contribui para a inclusão destes alunos?</p> <p>9. Como avalia as respostas gerais das escolas à inclusão destes alunos?</p> <p>10. Que dificuldades tem sentido com a inclusão destes alunos?</p>
<p>3 - Formação contínua de professores para a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018</p>	<p>11. Considera que as dificuldades que os(as) professores(as) sentem com a inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 podem ser minoradas através da formação contínua?</p> <p>12. Que abordagens deveriam ser feitas numa formação contínua sobre a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?</p>

No final de cada entrevista foi perguntado a cada um dos entrevistados se gostariam de acrescentar algo e agradeceu-se a sua colaboração.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas (Apêndices B, C, D e E). No final, foi usada a técnica de análise de conteúdo, o que implicou a criação de grandes categorias e respetivos indicadores, organizadas no formato de grelha por cada um dos participantes do estudo.

Os resultados desta análise serão apresentados no tópico seguinte, onde iremos analisar todos os conteúdos relevantes, para o estudo, ao longo das entrevistas.

#### 4. Apresentação e discussão dos resultados

Da análise de conteúdo das entrevistas resultou a grelha que apresentamos de seguida, tabela nº 1 (Grelha de análise das entrevistas) no Apêndice F. A tabela, como mencionado no tópico anterior, foi dividida pelos 4 docentes que participaram na entrevista, Professora A (PA); Professor B (PB); Professor C (PC); Professora D (PD), e por 8 categorias de análise.

As categorias de análise foram as seguintes: Frequência de Formação Contínua; Temas da Formação Contínua; Impacto das formações na prática profissional; Formação inicial na área da Educação Inclusiva e legislação dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei nº 54/2018; Inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei nº 54/2018 em sala de aula; Respostas gerais das escolas à inclusão; Formação Contínua como resposta para a Educação Inclusiva; abordagens realizadas numa Formação Contínua.

Relativamente à “Frequência de Formação Contínua” todos os entrevistados frequentam a formação contínua, contudo destaca-se as afirmações de dois entrevistados:

“Sim, somos obrigados a isso.” (PC)

“Sim, (...) Embora eu não faça a formação por ser obrigada, faço porque quero incrementar os meus conhecimentos.” (PD)

Ao analisar estas duas afirmações, é possível destacar que existem professores atualmente que, ainda, sentem a Formação Contínua como algo que não seja prazeroso a longo prazo, como é o caso do PC. Contudo, temos professores como o PD que fazem questão de frequentar todas as formações de forma a desenvolver os seus conhecimentos. Tal como tinha mencionado anteriormente, Nascimento (2003) refere que a formação contínua é uma renovação constante do conhecimento do docente, e que acontece após a formação inicial, de forma a melhorar as qualificações pessoais.

Neste sentido, a frequência de Formação Contínua de um professor é essencial e determinante para um bom desenvolvimento de conhecimentos de um professor. Estes devem ser colocados como agentes da sua própria formação, uma vez que, não devem de modo algum frequentar formações por obrigação, mas sim por um desejo de estarem sempre atualizados e informados.

No que diz respeito aos Temas da Formação Contínua, todos os entrevistados frequentaram formações que fortaleciam os seus saberes no presente, isto é, tanto o PC como a PD a última formação que tinham frequentado era sobre o projeto que estava a decorrer no agrupamento. Já a PA e o PB a última formação que tinham frequentado era sobre a área do digital, que atualmente é muito necessário ter conhecimentos a nível digital uma vez que vivemos numa “Era de Tecnologia”. É fundamental que um professor esteja sempre informado tal como Alarcão (2007) Pimenta & Libâneo (1999) citado em Silva (2011) referem “[...] ninguém nasce professor, faz-se professor; aprende-se a ser professor [...]” (p. 6).

Quanto às formações que tiveram efeito na prática profissional dos entrevistados, todos afirmaram que as formações tiveram impacto nas suas práticas enquanto docentes. É muitíssimo importante que cada professor possa enriquecer o seu conhecimento através das formações, e modo de verificar que as formações foram bem consolidadas é o professor conseguir incrementar os conhecimentos adquiridos na sua prática profissional. Apenas o professor B e a professora D tiraram uma Pós-Graduação em Educação Especial, na sua formação inicial.

No que concerne se na Formação Inicial foi abordada a questão da inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, apenas um dos entrevistados (PB) referiu que na sua formação não foi abordado o tema, anteriormente mencionado como Necessidades Educativas Especiais pois não davam “importância” ao assunto. Contudo, creio que isto apenas aconteceu por o entrevistado, ter tirado o seu curso há alguns anos, ou seja, por ser o entrevistado com mais anos de serviço. Uma vez que, há alguns anos o tema das NEE não era abordado pois as crianças com dificuldades eram vistas como “deficientes”. Felizmente, que isso deixou de acontecer e passou a existir um desenvolvimento da igualdade de oportunidades em termos de acesso genuíno à aprendizagem, a experiências que respeitem as diferenças individuais e à educação de qualidade para todos. O entrevistado (PB) refere, ainda que, sentiu necessidade de procurar formação que o completasse neste aspeto, uma vez que não tinha formação de base sobre crianças abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018:

“Portanto, aí foi necessário fazer alguma formação que não havia de base.” (PB)

Como refere Rodrigues (2001, p.80), “o desenvolvimento de competências para a Educação Inclusiva, ainda que possa ter uma fase de sensibilização na formação inicial, só poderá ser plenamente assumido ao longo de uma prática em serviço”.

No que respeita à perceção sobre a Inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 em sala de aula, os inquiridos dizem, por exemplo: “Acho que é uma maneira muito boa de eles trabalharem, junto com os pares eles aprendem mais” (PB). “Eu acho que é importante para esses alunos estarem integrados na mesma sala de aula que os restantes.” (PC).

Em síntese, no que se refere à perceção sobre a inclusão, os entrevistados consideram que esta é uma aprendizagem importante ao nível da cidadania e da tolerância, mas apenas um dos docentes assinala atitudes dos restantes alunos nesse sentido. Como refere o perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória (M.E. 2017), Cidadania e Participação são valores a desenvolver na escola e o documento da Direção Geral da Educação (2017) define como objetivo para esta área:

“Enquanto processo educativo, a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.” (p.1).

Um bom cidadão é também aquele que respeita a diferença do outro e, diferentes autores têm chamado a atenção para a importância da aceitação da diferença na escola e na sala de aula como fator de aprendizagem da cidadania.

É de salientar, novamente, a perspetiva do PB que refere que é importante para os alunos que estão ao abrigo das medidas adicionais e seletivas estarem “(...) junto com os pares” (PB), uma vez que “(...) aprendem mais e, portanto, há sempre uma interação que se cria com os alunos que é diferente de não estarem sala ou unidades.”. Em suma, a inclusão destes alunos nas escolas regulares é imprescindível para o seu desenvolvimento e socialização.

No que se refere aos constrangimentos que se colocam face à inclusão, de acordo com o depoimento dos docentes, existem dois grandes fatores: Recursos Humanos e Recursos Materiais.

Relativamente, aos Recursos Humanos, os professores referem que:

“Não há muitos professores no Ensino Especial (...)” (PB)

“Deviam de existir mais professores de apoio em sala de aula.” (PC)

“(...) estamos em falha com a tarefa, estamos em falha número de horas de Educação Especial que esta turma não tem, portanto estamos em falha!” (PD)

Com base, nestes depoimentos é possível verificar que o Sistema Educativo Português, está em falha, isto é, não tem professores do Ensino Especial suficientes, no ativo, que suportem o número atual de alunos que estão abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018.

A professora D refere, ainda, que:

“Nós já não temos turmas ditas normais, nós já não temos turmas homogéneas como se calhar tínhamos quando eu e tu estudámos. Agora uma pessoa dentro da sala tem de ter jogo de cintura para lidar com extremos ritmos de aprendizagem, tanto dos miúdos ditos normais como os da Educação Especial”.

Este esforço que um professor tem de fazer para conseguir suportar todos os níveis de aprendizagem que existe dentro de uma sala de aula é muito desgastante. Tanto que a professor B menciona que, “ (...) é preciso melhorar esse aspeto porque os alunos da Educação Especial para além do professor titular precisam sempre de um reforço de retaguarda com um acompanhamento individualizado diferente. Por isso, é preciso colocar mais professores nas escolas!”

Para além disto, é de destacar o que a professora D expõe:

“Para estes garotos é preciso muito as parcerias materiais e de pessoas, humanas e materiais. Porque se eu não consigo ter aqui uma tarefa que é o caso que não tenho, uma terapeuta da fala vamos tendo, uma professora do Ensino Especial que só vem aqui duas vezes por semana isso acaba por não ser nada. E acabo por não conseguir fazer a inclusão da X, não vou mentir. A inclusão da X não está a correr bem, ela vem algumas vezes aqui para a sala sim, mas eu não consigo fazer a verdadeira inclusão, não sinto que o esteja a fazer”

Assim, com base no que PD relata é possível verificar que como há falta de Recursos Humanos a inclusão das crianças fica em carência.

Os docentes referem que há falta de Recursos Materiais, uma vez que os recursos que estão à disposição não são adaptados às necessidades das crianças que estão ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018. Os professores precisam de recriar alternativas diariamente para que todas as crianças em sala estejam incluídas na atividade.

“(…) dentro da minha sala tenho de obviamente adaptar materiais (…)” (PD)

Contudo, por vezes é bastante complicado e dispendioso a realização destas adaptações de materiais .

Em síntese, os docentes referem estes dois recursos como constrangimentos relativamente à inclusão, dando especial relevo à necessidade de colocação de mais professores do Ensino Especial e de existir ao dispor mais matérias de apoio.

Ao longo do presente estudo, foi possível verificar que os aspetos facilitadores da inclusão das crianças nesta escola devem-se ao facto de esta ter excelentes condições da infraestrutura da escola e de existir boa colaboração com outros agentes educativos.

Os outros constrangimentos que posso destacar que surgem em diversos estudos sobre esta temática, como o número excessivo de alunos por turma e a dificuldade em apoiar o aluno individualmente nessas condições, chegando alguns professores a propor o coensino. Tanto o professor B destaca isto, referindo que o “professor titular precisa sempre de um reforço de retaguarda”, como a professora A menciona que “O número de professores devia ser aumentado, apenas um professor em sala de aula para tantas crianças é pouco... Porque não dois professores por sala? Em vez de apenas um...”

Tendo isto em conta, todos os docentes concordam que as dificuldades sentidas pelos professores podem ser minoradas através da Formação Contínua, contudo existem duas professoras, A e D, que referem que para além da Formação Contínua é preciso existir mudanças.

“Eu acho que tem de ser por outras vias, a formação já está feita. A formação já temos nós, eu acho que devia ser por outros caminhos” (PA)

“Pode, mas é a tal coisa a teoria nem sempre acompanha a prática porque quando nos dizem tens de fazer, tens de fazer, mas depois não tens como fazer, isto da inclusão é tudo muito bonito, mas tem de haver nas próprias escolas capacidade de darmos resposta.” (PD)

Esta reflexão de ideias tem um papel determinante na mudança do ensino. Uma vez que, é essencial expor o que na nossa opinião devia ser melhorado, mas também se deve contribuir para que isso aconteça. Os quatro professores relativamente às abordagens que deveriam ser feitas numa Formação Contínua voltam a salientam novamente os aspetos da falta de professores, do excessivo número de alunos por turma, da aceitação de cada criança e que por vezes a teoria não é fácil de colocar em prática.

“ (...) por exemplo reduzir o número de alunos por turma, o número de professores.” (PA)

“(...) devem valorizar a diferença e ao mesmo tempo trabalhar também a turma no sentido de aceitar qualquer aluno da Educação Especial.” (PB)

“ (...) maior apoio por parte dos professores para estas crianças que apresentam medidas.” (PC)

“A teoria é muito bonita, mas a prática não está lá.” (PD)

Através da análise às entrevistas realizadas aos docentes, podemos então concluir que estes consideram que se têm conquistado alguns progressos. Contudo, há espaço para melhorias, pois os docentes questionados referem a necessidade de uma formação inicial mais completa e com mais informação sobre a inclusão e a necessidade de existir mais professores do Ensino Especial, uma vez que apenas um professor do ensino regular em sala de aula não chega para conseguir dar resposta às necessidades de vários alunos.

## 5. Planificação do *Workshop*

No âmbito das diversas modalidades de formação, que o Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) apresenta, consideramos que a mais adequada seria em formato de *Workshop*. Uma vez que, todos os professores entrevistados referiram que as formações de carácter mais teórico não são tão enriquecedoras a longo prazo como as práticas.

Assim, através do presente *Workshop*, seria possível os professores aprenderem e colocarem em prática todos os ensinamentos e conhecimentos que tinham ou adquiriram sobre o mesmo, partilhando aprendizagens relevantes, ao longo do *Workshop*, sobre o tema.

Assim, os objetivos desta formação são:

Objetivos do Workshop	1. Aferir conceitos chaves sobre a Educação Inclusiva, nomeadamente através da legislação atual.
	2. Partilhar e discutir experiências.

Para o efeito, planificou-se o workshop da seguinte forma:

<b>Planificação do Workshop</b>		
<b>Conteúdos</b>	<b>Estratégias/Atividades</b>	<b>Recursos/Materiais</b>
<p>- Definir Educação Inclusiva, Aprendizagem Cooperativa, Diferenciação Pedagógica, abordagem multinível e medidas de suporte à aprendizagem</p> <p>- Experiência e formação docente e Educação Inclusiva;</p> <p>- Refletir sobre futuras práticas, em sala de aula.</p>	<p>1ª Parte:</p> <p>- Atividade 1 para quebrar o gelo, evidenciando o trabalho em equipa;</p> <p>- Atividade 2 - Discussão, em grande grupo, sobre a Educação Inclusiva e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e abordagem multinível;</p> <p>INTERVALO</p> <p>2ª Parte:</p> <p>- Atividade 3 - Partilha de experiências, com a moderação da autora deste trabalho.</p> <p>- Atividade 4 – Reflexão sobre a utilização, em sala de aula, de trabalho individual, de pares e de grupo.</p> <p>- Atividade 5 - Discussão em grande grupo sobre os tópicos abordados e listagem de futuras estratégias a implementar em sala de aula.</p>	<p>- Computador;</p> <p>- Projetor;</p> <p>- Powerpoints</p> <p>- Flipchart e marcadores.</p>

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho visou investigar a necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à inclusão. Atualmente, muitos são os desafios que se colocam à educação e, perante esses mesmos desafios é possível concluir que se mostrou bastante pertinente a concretização deste estudo.

Uma vez que, para além de conseguir investigar sobre o tema foi possível, ainda, fomentar e alargar os meus conhecimentos ao longo da realização do relatório, e deste modo concluir que é necessário os professores estarem em constante formação ao longo da sua carreira.

Assim, as principais conclusões que retiro das entrevistas aos docentes, é que os mesmos consideram que há espaço para melhorias no ensino português, nomeadamente a necessidade de uma formação inicial mais completa e com mais informação sobre a inclusão e a necessidade de existirem mais recursos e mais professores do Ensino Especial. Uma vez que, apenas um professor do ensino regular em sala de aula não chega para conseguir dar resposta às necessidades de vários alunos.

Deste modo, relativamente ao primeiro objetivo do estudo “Conhecer as necessidades de formação de professores para a inclusão, num determinado contexto”, foi possível constatar que os professor não expressam dificuldades relativas ao ensino direto, mas sim constrangimentos que estão indiretamente relacionados, como a falta de recursos humanos e materiais.

No que diz respeito ao segundo objetivo “ Identificar o tipo de Formação Contínua que os professores frequentam, no âmbito da inclusão”, apenas um dos professor refere que frequenta formações por obrigação, uma vez que, é obrigatório ter 50 horas de formação em cada período de dois anos. Os restantes três professores referem que frequentam as formações de forma a complementar os seus conhecimentos. Todos os docentes procurar frequentar formações em áreas que estejam “mais frágeis” a nível de conhecimento.

Os professores entrevistados tiveram quase todos uma abordagem à Educação Especial na formação inicial, sendo que apenas um não teve essa abordagem. No entanto, alguns professores referem que a disciplina nesse âmbito foi manifestamente insuficiente

ou demasiado teórica e o professor que não teve na formação inicial, já frequentou formações sobre a inclusão de crianças ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018.

Apesar do que ficou dito anteriormente relativamente às necessidades de formação, os docentes entrevistados afirmam de forma clara a necessidade e a relevância da formação contínua para a prática profissional. Neste sentido, os docentes manifestaram que a formação contínua tem um grande impacto nas suas práticas profissionais, desde que seja ajustada a cada contexto e às necessidades de cada criança. Visto que, cada criança é um ser único, ou seja, não existem crianças com capacidades iguais.

Para além disto, o professor deve ser inclusivo, valorizando e respeitando a diversidade na sua sala de aula e trabalhando assim para criar um ambiente de aprendizagem acessível e equitativo para todos os alunos, oferecendo um suporte personalizado e adaptado para cada criança.

Todos os entrevistados preferem uma formação mais prática, pois apenas uma formação teórica não mostra ser a mais desejável para consolidarem conhecimentos e saber como aplicá-los no contexto.

O terceiro objetivo do estudo “Conhecer a perceção dos professores sobre a utilidade e aplicabilidade da Formação Contínua para a inclusão”, pretendia conhecer a utilidade e aplicabilidade da formação nesta área, e os docentes referiram que é extremamente importante que haja referência a esta temática desde a formação inicial, fomentando a aprendizagem e inclusão na turma e na restante comunidade escolar.

Assim, é possível constatar que os professores dão relevo à formação contínua para a inclusão, no entanto, tendem a atribuir a fatores externos os problemas relacionados com a inclusão. Contudo, todos os docentes destacam a importância de todos apresentarem um perfil inclusivo.

O último objetivo do estudo “Conceber um plano formativo para a instituição, na área da inclusão”, tal como mencionei no ponto cinco, este não foi possível de ser elaborado. Uma vez que, a ideia inicial seria elaborar um Workshop após a realização e

análise das entrevistas, mas como infelizmente o tempo era reduzido e principalmente devido à Pandemia de Covid-19, foi impossível realizar o mesmo.

Como o último objetivo do estudo não foi possível de ser executado, sugeri a todos os professores que participaram no estudo, que realizassem mais formações na área da inclusão de forma a conseguirem arranjar estratégias que eliminassem as lacunas que sentem na sua prática. Visto que, a formação contínua promove inequivocamente a qualidade do ensino e conseqüentemente o aperfeiçoamento profissional dos docentes.

Para concluir, é de louvar os avanços da educação em Portugal, contudo, ainda há um largo caminho a ser percorrido. É bastante satisfatório que exista no nosso país um Decreto-Lei como o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que preconiza o sucesso escolar e, conseqüentemente, a redução do abandono escolar. É de salientar, ainda, o contributo da formação continua para o avanço de conhecimentos dos professores e conseqüentemente dos alunos. E ainda de louvar a preocupação que todos os professores demonstraram em tornarem-se mais inclusivos, ainda, futuramente.

A escola deve ser de todos e para todos!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- Aires, L. (2011). Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. Universidade Aberta.
- Ainscow, M. (2000). The next step for special education: supporting the development of inclusive practices. *British Journal of Special Education*, 27, 76–80.
- Agrupamento de Escolas (2018). Plano Plurianual de Melhoria.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto editora.
- Cardoso, M. R. C. A. (2011). Inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino básico. Instituto Superior de Educação e Ciências.
- César, M. (2003). *A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos e para todos: algumas reflexões sobre experiências internacionais*. Porto Editora.
- Correia, L. M. (2008). *A escola contemporânea e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais*. Porto Editora.
- Correia, L. (2013). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Um guia para educadores e professores*. Porto Editora.
- Correia, A. M., & Fernandes, P. (2019). *A educação especial e inclusiva em Portugal. Educação especial e inclusão educacional: evidências e esmaecimentos na formação dos professores*.
- Coutinho, C. & Chaves, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15, 221-243.
- Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho. Diário da República, 1ª série- N.º 129.
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série — N.º 129.
- Ferreira, M., Prado, S. A., & Cadavieco, J. F. (2017). Educação inclusiva: o professor como epicentro do processo de inclusão. *Revista de Educación Inclusiva*, 8(1), 1-13.

- Felizardo, S. (2010). Perspectivas sobre a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho, 2878-2888.
- Figueiredo, M. E. C. (2015). As atitudes e perceções de pais e filhos perante a inclusão, nas escolas de Angra do Heroísmo [Dissertação de doutoramento]. Universidade Fernando Pessoa.
- Lança, D. (2017). O trabalho colaborativo entre os professores de educação especial e os professores do ensino regular do 1º ciclo [Dissertação de doutoramento]. Instituto Politécnico de Beja.
- Laranjeira, M. I., Abreu, A. R., Nogueira, N., & Soligo, R. (1999). Referências para a formação de professores. Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e contínua. UNESP, 2, 17-45.
- Leite, T. S. (2012). Diferenciação curricular na resposta às necessidades educativas especiais dos alunos. In I. Sanches, M. Costa & A. Santos [e-book], Para uma educação inclusiva: dos conceitos às práticas. Vol. I (pp.85- 96). Edições Universitárias Lusófonas.
- Leite, T. (2010). Diferenciação curricular na resposta às necessidades educativas especiais dos alunos. III Seminário de Educação Inclusiva.
- Moura, F. (2014). Inclusão de alunos com NEE nas turmas regulares: formação e representações dos professores de língua estrangeira ciclo [Dissertação de doutoramento]. Universidade Fernando Pessoa.
- Nascimento, M. (2003). A formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática. In: Magistério: construção cotidiana. Candau, V.M. 5. ed. Petrópolis: Vozes. 69- 90.
- Paredes, L., Frias, M., Alcoforado, L., Pereira, M., & Cordeiro, A. R. (2017). Construção de um território inclusivo na Região Centro de Portugal: do diagnóstico às estratégias de intervenção na educação especial Building an inclusive territory in the Central Region of Portugal: from diagnosis to intervention strategies in special. Saber & Educar, (23), 36-47.

- Pinheiro, J. A. (2014). A biblioteca escolar no contexto da escola inclusiva [Dissertação de Mestrado]. Universidade Aberta.
- Olabuénaga, J. (2007). Metodología de la investigación cualitativa. Metodología de la investigación cualitativa, 1-342.
- Roldão, M. D. C. (1999). Os professores e a gestão do currículo: perspectivas e práticas em análise. Porto Editora.
- Rodrigues, D. (2001). Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva. Porto Editora.
- Sanches, I. (2005). Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. Revista lusófona de educação, (5), 127-142.
- Sanches, I., & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. Revista lusófona de educação, 8(8).
- Sanches, I. (2011). Do “aprender para fazer” ao “aprender fazendo”: as práticas de Educação inclusiva na escola. Revista lusófona de educação, 19(19), 135-156.
- Sanches-Ferreira, M., Silveira-Maia, M., & Alves, S. (2014). The use of the International Classification of Functioning, Disability and Health, version for Children and Youth (ICF-CY), in Portuguese special education assessment and eligibility procedures: the professionals’ perceptions. European journal of special needs education, 29(3), 327-343.
- Costa, A. B. P. (2017). Formação Continuada de Docentes: Contribuições do Sindicato visando a uma educação de qualidade [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Educação e Ciências.
- Silva, A. F., & Leite, T. (2015). Adequações curriculares e estratégias de ensino em turmas inclusivas: um estudo exploratório no 1º Ciclo. *Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional*, 5(2), 44-62.
- Silva, J. D. C. M. (2011). Formação continuada dos professores: visando a própria experiência para uma nova perspectiva. *Revista Iberoamericana de Educación*, 55(3), 1-11.

Silva, M. O. E. (2011). Educação Inclusiva—um novo paradigma de Escola. *Revista Lusófona de Educação*, 19(19), 119-134.

Silva, M. D. O., Ribeiro, C., & Carvalho, A. (2014). Atitudes e práticas dos professores face à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. *Revista portuguesa de pedagogia*, 47(1), 53-73.

UNESCO (1997). Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras.

## **APÊNDICES**

**Apêndice A. Guião de entrevista- Professores do Ensino Regular**

<b>Blocos</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Questões</b>	<b>Tópicos orientadores</b>
<b>A- Legitimação da entrevista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentar a investigadora</li> <li>- Recordar objetivos da entrevista</li> <li>- Motivar o entrevistado</li> <li>- Garantir a confidencialidade e o anonimato</li> <li>- Pedir autorização para gravar (relembrar)</li> <li>- Informar da duração da entrevista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O meu nome é...</li> <li>- Esta entrevista é realizada no âmbito da realização do Relatório Final de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico com o tema “Necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à inclusão”</li> <li>- Sublinhar a importância do contributo do entrevistado</li> <li>- Esta entrevista é anónima e será usada apenas para fins académicos</li> <li>- Posso fazer a gravação áudio da entrevista?</li> <li>- Esta entrevista terá a duração de mais ou</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contextualizar a dinâmica da investigação.</li> <li>- Dar a conhecer o tema da investigação.</li> <li>- Realçar a importância do contributo do entrevistado (a) para a investigação.</li> <li>- Garantir a anonimidade do entrevistado (a).</li> <li>- Dar uma noção da duração da entrevista.</li> </ul>

		menos 10 minutos.	
<b>B- Caracterização do entrevistado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer o percurso académico</li> <li>- Conhecer o percurso profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual o seu grau académico?</li> <li>- Porque escolheu a área de ensino?</li> <li>- Já trabalhou em contextos com alunos com necessidades específicas?</li> <li>- Desde quando trabalha nesta escola?</li> <li>- Sempre foi professor(a) de ensino regular?</li> <li>- Que níveis de ensino é que a professor(a) pode lecionar?</li> <li>- Possui alguma formação na área da Educação Especial ou Inclusiva? Em caso afirmativo pode dar mais detalhes (Duração, local, entre outros...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau de Ensino (Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento)</li> <li>- Perceber a sua motivação por ter seguido a área.</li> <li>- Ter a noção de há quanto tempo trabalha na escola.</li> <li>- Se tem algum interesse em fazer alguma formação ensino especial.</li> </ul>

<p><b>C- Formação contínua</b></p>	<p>1. Conhecer a experiência e opinião do(a) entrevistado(a) sobre formação contínua</p>	<p>2. Costuma frequentar ações de formação regularmente ?</p> <p>3. Sobre que temas foram as ações de formação contínua que tem frequentado? Porque escolheu essas?</p> <p>4. Que modalidade de formação contínua considera mais pertinente para os professores? Porquê?</p> <p>5. Considera que as ações de formação contínua que frequentou tiveram efeitos na sua prática profissional?</p> <p>6. Qual é/foi o impacto dessas formações para a sua prática profissional?</p>	<p>7. Saber a regularidade que os professores frequentam ações de formação.</p> <p>8. Que tipos de formação são mais frequentadas.</p> <p>9. Que influência estas têm na prática profissional dos docentes.</p>
<p><b>D- Resposta aos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018</b></p>	<p>– Conhecer a formação e experiência do(a) entrevistado(a) relativamente</p>	<p>– Na sua formação inicial foi abordada a questão da</p>	<p>– Saber o que os(as) professores(as) pensam sobre a inclusão dos</p>

	<p>aos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018</p>	<p>inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– O que pensa sobre a inclusão destes alunos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, em sala de aula?</li> <li>– De que forma é que contribui para a inclusão destes alunos?</li> <li>– Como avalia as respostas gerais das escolas à inclusão destes alunos?</li> <li>– Que dificuldades tem sentido com a inclusão destes alunos?</li> </ul>	<p>alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 nas salas de aula.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Que respostas é que as escolas dão a estes alunos.</li> <li>– Saber que dificuldades é que os(as) docentes sentem em relação aos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018.</li> </ul>
<p><b>E- Formação contínua para a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Conhecer as necessidades de formação percebidas pelo(a) entrevistado(a) no que respeita aos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Considera que as dificuldades que os(as) professores(as) sentem com a inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Se a formação continua diminui as dificuldades sentidas relativas à inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018.</li> </ul>

		<p>n.º 54/2018 podem ser minoradas através da formação contínua?</p> <p>– Que abordagens deveriam ser feitas numa formação contínua sobre a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?</p>	<p>– Que tipo de abordagens deveriam estar presentes em formações sobre a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 e quais delas seriam mais úteis para abordar esta questão.</p>
<b>F- Finalização da entrevista</b>	<p>– Saber se o(a) entrevistado(a) tem alguma questão.</p> <p>– Saber se o(a) entrevistado(a) quer acrescentar alguma informação.</p> <p>– Agradecer a disponibilidade.</p>	<p>– Quer colocar alguma questão?</p> <p>– Quer acrescentar alguma informação?</p> <p>– Obrigada pela sua colaboração!</p>	<p>– Questionar se o(a) entrevistado(a) quer acrescentar alguma informação relevante para o estudo ou colocar alguma questão.</p> <p>– Agradecer a colaboração do(a) entrevistado(a) e finalizar a entrevista.</p>

## **Apêndice B. Transcrição das Entrevistas- Professora A**

**Mariana Silva:** Esta entrevista é realizada no âmbito da realização do Relatório Final de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico com o tema “Necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à inclusão”. Esta entrevista é anónima e será usada apenas para fins académicos.

Qual o seu grau académico?

**Professora A:** Tenho a Licenciatura. Tirei em Viseu!

**Mariana Silva:** Porque escolheu a área de ensino?

**Professora A:** É mesmo vocação, gosto daquilo que faço!

**Mariana Silva:** Já trabalhou em contextos com alunos com necessidades específicas?

**Professora A:** Sim!

**Mariana Silva:** Desde quando trabalha nesta escola?

**Professora A:** É o primeiro ano.

**Mariana Silva:** Sempre foi professor(a) de ensino regular?

**Professora A:** Sim, sempre!

**Mariana Silva:** Que níveis de ensino é que a professor(a) pode lecionar?

**Professora A:** Só o 1º Ciclo!

**Mariana Silva:** Possui alguma formação na área da Educação Especial ou Inclusiva? Em caso afirmativo pode dar mais detalhes (Duração, local, entre outros...)

**Professora A:** Não!

**Mariana Silva:** Costuma frequentar ações de formação regularmente?

**Professora A:** Sim, frequento!

**Mariana Silva:** Sobre que temas foram as ações de formação contínua que tem frequentado? Porque escolheu essas?

**Professora A:** Agora mais na digital. Mas já tenho na inclusiva.

**Mariana Silva:** Que modalidade de formação contínua considera mais pertinente para os professores? Porquê?

**Professora A:** Neste momento é a digital porque o mundo está preparado neste momento para a parte digital. Visto que os manuais vão acabar por não existir. Os miúdos hoje é tudo com os telemóveis, os tablets, praticamente é tudo no digital.

**Mariana Silva:** Considera que as ações de formação contínua que frequentou tiveram efeitos na sua prática profissional?

**Professora A:** Ahh sim, sim!

**Mariana Silva:** Qual é/foi o impacto dessas formações para a sua prática profissional?

**Professora A:** Teve algum impacto talvez na sala de aula, ou seja, no modo de cativar os miúdos. Hoje em dia, os miúdos são muito hiperativos e agitados, não é? E por exemplo, como eu já tive 4 anos numa sala é muito difícil ficar os 4 anos na mesma sala. Como eu já tive em aldeia que por exemplo era a única a ter de lidar com os 4 anos de ensino. E como era única foi complicado e como era um meio bastante rural tive de andar a transportar com o meu carro meios mais digitais para a sala, porque não tínhamos nada disso. Mas tudo se adaptou! Ai posso dizer que o digital me ajudou muito para tornar as aulas mais interativas e participativas.

**Mariana Silva:** Na sua formação inicial foi abordada a questão da inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?

**Professora A:** O meu estágio na altura já foi dirigido a isso. Aliás, fiz um seminário integral nisso mesmo!

**Mariana Silva:** O que pensa sobre a inclusão destes alunos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, em sala de aula?

**Professora A:** Por um lado eu concordo. Mas é um processo muito desgastante para o professora, e às vezes não é muito aceite pelos pais. Não dos pais dos meninos em causas mas por a parte dos outros pais que tem os alunos ditos bons, e às vezes não aceitem e nem compreendem a integração em sala de aula. Mas é desgastante, ao final do dia, da semana... E devo confessar que o ritmo de trabalho e o rendimento ao final do semestre não é o mesmo... A integração é conseguida? É. É gratificante? Também é. Mas o rendimento não é o mesmo... Mas posso dizer que o bom aluno também se perde. Eu compreendo, se fosse mãe do aluno com “NEE”, claro que queria o meu filho nessa escola, mas se fosse a mãe do outro aluno talvez não queria que o meu filho tivesse nessa sala, o meu filho ia perder... É uma contradição!

**Mariana Silva:** De que forma é que contribui para a inclusão destes alunos?

**Professora A:** Tento interagir com a comunidade, organizar sessões com os pais... É importante que todos trabalhem no mesmo sentido, professores, auxiliares...

**Mariana Silva:** Como avalia as respostas gerais das escolas à inclusão destes alunos?

**Professora A:** É como eu já frisei. Eu acho que as escolas já trabalham muito nisso, mas ainda há muito a fazer porque também há muita porta fechada...

**Mariana Silva:** Considera que as dificuldades que os(as) professores(as) sentem com a inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 podem ser minoradas através da formação contínua?

**Professora A:** Eu acho que tem de ser por outras vias, a formação já está feita. A formação já temos nós, eu acho que devia ser por outros caminhos.

**Mariana Silva:** Que abordagens deveriam ser feitas numa formação contínua sobre a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?

**Professora A:** Sim! Por outros meios, como por exemplo reduzir o número de alunos por turma, aumentar o número de professores. O número de professores devia ser aumentado, apenas um professor em sala de aula para tantas crianças é pouco... Porque não dois professores por sala? Em vez de apenas um...

**Mariana Silva:** Quer colocar alguma questão?

**Professora A:** Não...

**Mariana Silva:** Quer acrescentar alguma informação?

**Professora A:** Eu penso que o Ministério da Educação ainda tem muito que trabalhar... Os sindicatos tentam mexer muito e melhorar mais ainda há muita alteração a fazer... Há muito coisa que ultrapassa os professores por mais manifestações que façamos, somos apenas umas cobaias... (risos)

**Mariana Silva:** Obrigada pela sua colaboração!

### **Apêndice C. Transcrição das Entrevistas- Professor B**

**Mariana Silva:** Esta entrevista é realizada no âmbito da realização do Relatório Final de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico com o tema “Necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à inclusão”. Esta entrevista é anónima e será usada apenas para fins académicos.

Qual o seu grau académico?

**Professor B:** De base sou professor do 1.º Ciclo tirei o Magistério depois fiz Estudo Portugueses na Faculdade de Letras de Coimbra e tirei uma Pós-Graduação em Educação Especial. Tenho estes três graus.

**Mariana Silva:** Porque escolheu a área de ensino?

**Professor B:** Escolhi porque gosto, a minha mãe já era professora e estive sempre ligado ao ensino.

**Mariana Silva:** Já trabalhou em contextos com alunos com necessidades específicas?

**Professor B:** Já, aliás até já estive um ano na Educação Especial.

**Mariana Silva:** Desde quando trabalha nesta escola?

**Professor B:** Estou à 15 anos no agrupamento, nesta escola estou à 5 anos.

**Mariana Silva:** Sempre foi professor(a) de ensino regular?

**Professor B:** Já estive no apoio educativo, já fui da direção durante 8 anos, já dei apoio ao 5.º e 6.º ano. Já passei por várias áreas.

**Mariana Silva:** Que níveis de ensino é que a professor(a) pode lecionar?

**Professor B:** Até ao 1.º Ciclo. Mas por exemplo como já mencionei já dei apoio ao 5.º e 6.º ano.

**Mariana Silva:** Possui alguma formação na área da Educação Especial ou Inclusiva? Em caso afirmativo pode dar mais detalhes (Duração, local, entre outros...)

**Professor B:** Tirei na ESE, em 2006 acho eu, Cognição e depois tirei também Deficiência Visual.

**Mariana Silva:** Costuma frequentar ações de formação regularmente?

**Professor B:** Sim, sim!

**Mariana Silva:** Sobre que temas foram as ações de formação contínua que tem frequentado? Porque escolheu essas?

**Professor B:** Eu já fiz várias ações de formação, quase todos os anos faço! Por exemplo este ano fiz sobre Capacitação Digital, fiz também este ano, uma de Yoga de apenas 6 horas. O ano passado fiz sobre programação e há dois anos fiz uma sobre Música e Expressões. Normalmente, faço sempre onde sinto mais dificuldade e também como professores para podermos mudar de escalão temos de ter 50 horas de formação em cada período de 2 anos.

**Mariana Silva:** Que modalidade de formação contínua considera mais pertinente para os professores? Porquê?

**Professor B:** São as Oficinas de Formação porque tem horas de Teórica e de Prática, normalmente são 25 horas cada. A parte Teórica que é dada primeiro e depois a aplicação da Prática, depois há sempre a apresentação de um trabalho do que foi feito. Estas formação na minha opinião são as mais uteis porque são as que usamos mais na prática na atividade letiva.

**Mariana Silva:** Considera que as ações de formação contínua que frequentou tiveram efeitos na sua prática profissional?

**Professor B:** Tiveram, antigamente à 10 anos as formações eram mais teóricas a partir dai começaram a fazer formações mais práticas e mais direcionadas para o ensino e essas são muito rentáveis porque nos aplicamos à própria turma e tem um valor muito superior àquelas que são teóricas e por vezes fica muito pouco do que se aprende na formação.

**Mariana Silva:** Qual é/foi o impacto dessas formações para a sua prática profissional?

**Professor B:** Sim tiveram impacto na minha atividade letiva, por exemplo, este não tive Capacitação Digital e utilizei muitas plataformas que eu nem estava habituado a utilizar com os anos.

**Mariana Silva:** Na sua formação inicial foi abordada a questão da inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?

**Professor B:** Ui já foi há muitos anos, não davam muita importância. Na formação de base havia a prática letiva, mas não ligava muito ao Ensino Especial. Depois com o 319, que é o que veio antes do 54, ganhou muito mais interesse à inclusão e a colocar meninos no ensino especial em turma regulares. Portanto aí foi necessário fazer alguma formação que não havia de base.

**Mariana Silva:** O que pensa sobre a inclusão destes alunos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, em sala de aula?

**Professor B:** Acho que é uma maneira muito boa de eles trabalharem, junto com os pares eles aprendem mais e, portanto, há sempre uma interação que se cria com os alunos que é diferente de não estarem sala ou unidades. Trabalhar numa sala de aula com alunos com algumas deficiências ou dificuldades para eles é uma prática de aprendizagem melhor e que vai trazer benefícios muito grandes para eles.

**Mariana Silva:** De que forma é que contribui para a inclusão destes alunos?

**Professor B:** Incluindo esses alunos em trabalhos de grupo, dar trabalhos em que eles possam acompanhar os outros, às vezes deixar um aluno ou outro ajudá-los. A própria interação dentro da sala é uma mais-valia para esses alunos com necessidades.

**Mariana Silva:** Como avalia as respostas gerais das escolas à inclusão destes alunos?

**Professor B:** Digamos que não há muitos professores do Ensino Especial, há poucos. Nós por exemplo temos 1 professora para 20 alunos, que tem esta escola. Há muita escassez de professores do Ensino Especial, é preciso melhorar esse aspeto porque os alunos da Educação Especial para além do professor titular precisam sempre de um reforço de

retaguarda com um acompanhamento individualizado diferente. Por isso, é preciso colocar mais professores nas escolas!

**Mariana Silva:** Considera que as dificuldades que os(as) professores(as) sentem com a inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 podem ser minoradas através da formação contínua?

**Professor B:** Sim, a formação continua ajuda sempre, é uma mais-valia.

**Mariana Silva:** Que abordagens deveriam ser feitas numa formação contínua sobre a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?

**Professor B:** Para estes alunos o mais importante é a aceitação dentro da turma e o relacionamento. E a partir daí desenvolvem-se aprendizagens. Por tanto, todas as formações dos professores devem valorizar a diferença e ao mesmo tempo trabalhar também a turma no sentido de aceitar qualquer aluno da Educação Especial.

**Mariana Silva:** Quer colocar alguma questão?

**Professor B:** Não, não!

**Mariana Silva:** Quer acrescentar alguma informação?

**Professor B:** Esta escola neste aspeto da inclusão até tem boas práticas, nós tentamos que todos os alunos estejam dentro da sala de aula, mas há alguns que não se consegue. Quando não se consegue tentamos colocar pelo menos alguma parte, no intervalo por exemplo, e tentamos que haja sempre interação com os outros que isso é muito importante e fundamental.

**Mariana Silva:** Obrigada pela sua colaboração!

**Professor B:** Obrigado!

#### **Apêndice D. Transcrição das Entrevistas- Professor C**

**Mariana Silva:** Esta entrevista é realizada no âmbito da realização do Relatório Final de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico com o tema “Necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à inclusão”. Esta entrevista é anónima e será usada apenas para fins académicos.  
Qual o seu grau académico?

**Professor C:** Tenho a Licenciatura!

**Mariana Silva:** Porque escolheu a área de ensino?

**Professor C:** Foi mesmo porque gostava muito, queria mesmo isto!

**Mariana Silva:** Já trabalhou em contextos com alunos com necessidades específicas?

**Professor C:** Sim claro, atualmente estou a trabalhar, não é? (risos)

**Mariana Silva:** Desde quando trabalha nesta escola?

**Professor C:** Estou nesta escola há 5 anos.

**Mariana Silva:** Sempre foi professor(a) de ensino regular?

**Professor C:** Sim, sempre.

**Mariana Silva:** Que níveis de ensino é que a professor(a) pode lecionar?

**Professor C:** Apenas o 1.º ciclo.

**Mariana Silva:** Possui alguma formação na área da Educação Especial ou Inclusiva? Em caso afirmativo pode dar mais detalhes (Duração, local, entre outros...)

**Professor C:** Não!

**Mariana Silva:** Costuma frequentar ações de formação regularmente?

**Professor C:** Sim, somos obrigados a isso .

**Mariana Silva:** Sobre que temas foram as ações de formação contínua que tem frequentado? Porque escolheu essas?

**Professor C:** A última que fiz foi sobre um projeto do agrupamento, mas normalmente escolho a formação dependendo do meu horário.

**Mariana Silva:** Que modalidade de formação contínua considera mais pertinente para os professores? Porquê?

**Professor C:** Agora até tem havido bastantes, sobre comportamentos e assim, mas é como lhe digo normalmente nós escolhemos em função daquilo que nos dá mais jeito. E às vezes não são assim tantas temos de andar à procura...

**Mariana Silva:** Considera que as ações de formação contínua que frequentou tiveram efeitos na sua prática profissional?

**Professor C:** Sim claro, tem sempre algum impacto.

**Mariana Silva:** Qual é/foi o impacto dessas formações para a sua prática profissional?

**Professor C:** Complementam as rotinas que por exemplo eu tenho no dia a dia.

**Mariana Silva:** Na sua formação inicial foi abordada a questão da inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?

**Professor C:** Sim isso sempre se falou.

**Mariana Silva:** O que pensa sobre a inclusão destes alunos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, em sala de aula?

**Professor C:** Eu acho que é importante para esses alunos estarem integrados na mesma sala de aula que os restantes.

**Mariana Silva:** De que forma é que contribui para a inclusão destes alunos?

**Professor C:** Tento tratar de igual modo para que estes não sintam que há diferenças.

**Mariana Silva:** Como avalia as respostas gerais das escolas à inclusão destes alunos?

**Professor C:** Sinto que tenho e a escola em si tem muita falta de apoio. Deviam de existir mais professor de apoio em sala de aula.

**Mariana Silva:** Considera que as dificuldades que os(as) professores(as) sentem com a inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 podem ser minoradas através da formação contínua?

**Professor C:** Claro que sim, se estivermos melhor preparados é sempre mais gratificante.

**Mariana Silva:** Que abordagens deveriam ser feitas numa formação contínua sobre a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?

**Professor C:** É como lhe digo devia de existir um maior apoio por parte dos professores para estas crianças que apresentam medidas.

**Mariana Silva:** Quer colocar alguma questão?

**Professor C:** Não, não!

**Mariana Silva:** Quer acrescentar alguma informação?

**Professor C:** Também não, obrigado!

**Mariana Silva:** Obrigada pela sua colaboração!

## **Apêndice E. Transcrição das Entrevistas- Professora D**

**Mariana Silva:** Esta entrevista é realizada no âmbito da realização do Relatório Final de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico com o tema “Necessidades de formação contínua de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico face à inclusão”. Esta entrevista é anónima e será usada apenas para fins académicos.

Qual o seu grau académico?

**Professora D:** Tenho a Licenciatura e fiz uma Pós-Graduação e especialização em Educação- Especial.

**Mariana Silva:** Porque escolheu a área de ensino?

**Professora D:** Olha eu costumo dizer que sou uma enfermeira frustrada, porque na verdade quando acabei o secundário queria ir para enfermagem, mas depois as coisas não correram dessa maneira e se calhar um bocadinho influenciada pela família porque somos quase todos professores, só mesmo o meu irmão é que não é, de resto todas as mulheres lá em casa são, a minha mãe, as minhas irmãs e eu. Depois acabou por ser uma coisa natural, não posso dizer que foi uma coisa que sempre desejei, mas pronto eu gosto!

**Mariana Silva:** Já trabalhou em contextos com alunos com necessidades específicas?

**Professora D:** Já, já!

**Mariana Silva:** Desde quando trabalha nesta escola?

**Professora D:** É o meu primeiro ano aqui!

**Mariana Silva:** Sempre foi professor(a) de ensino regular?

**Professora D:** Não, a minha carreira até começou na Madeira, num serviço que aqui no continente não existe. É um serviço técnico de Educação Especial, aqui não existia isto eu era professora de informática lá quando miúdos com necessidades educativas, daí a minha vontade de fazer a especialização. Estive lá quatro anos, depois tive três anos como professora de Educação Especial, e agora estou no ensino regular há quatro anos.

**Mariana Silva:** Que níveis de ensino é que a professor(a) pode lecionar?

**Professora D:** Até ao quarto ano.

**Mariana Silva:** Possui alguma formação na área da Educação Especial ou Inclusiva? Em caso afirmativo pode dar mais detalhes (Duração, local, entre outros...)

**Professora D:** Sim, tenho a Pós-graduação e a Especialização.

**Mariana Silva:** Costuma frequentar ações de formação regularmente?

**Professora D:** Sim, a partir de certa altura quando entramos na carreira não sei se sabes isto, mas quando somos contratados não somos obrigados a fazer, mas quando já estamos na carreira já somos obrigados a fazer. Embora eu não faça a formação por ser obrigada, faço porque quero incrementar os meus conhecimentos. Mesmo quando contratada e não era obrigada a fazer eu procurava fazer sempre!

**Mariana Silva:** Sobre que temas foram as ações de formação contínua que tem frequentado? Porque escolheu essas?

**Professora D:** As últimas foram sobre tecnologias que agora está muito voga por causa da pandemia, as últimas anteriores algumas sobre a educação inclusiva, fiz também sobre o projeto MAIA, que também está agora em voga, e as últimas foi mais ou menos isto que me lembre.

**Mariana Silva:** Que modalidade de formação contínua considera mais pertinente para os professores? Porquê?

**Professora D:** Que seja formação contínua claro! Porque permito-nos mobilizar conhecimentos e novos conhecimentos e porque o professor tem de estar sempre a aprender, o professor tem de estar sempre dentro de tudo socialmente, dentro da sociedade, da parte das didáticas, da parte da pedagogia, temos de estar sempre lá em cima se não somos ultrapassados pelos próprios garotos e eles quase que já sabem mais do que nós!

**Mariana Silva:** Considera que as ações de formação contínua que frequentou tiveram efeitos na sua prática profissional?

**Professora D:** Algumas! Estas das novas tecnologias mais ou menos, eu já sabia muita das coisas porque na altura da pandemia eu fui obrigada a procurar muita coisa e os programas que me foram apresentados agora eu já conhecia alguns. Embora tenha dado outro eco outras coisas que eu não sabia, deu para aprofundar coisas e tirar dúvidas. Em termos de formação os Workshops para mim são os melhores porque estar muito teórico isso para mim não é nada. Se nos “obrigarem” a pôr no decorrer do dia a dia o que estamos a aprender depois nós falhamos e quando falhamos podemos aperfeiçoar que é isto não é, o erro leva sempre à perfeição, embora ninguém seja perfeito. Portanto nesse aspeto sim, na parte do MAIA também porque ainda por cima vir para uma escola que está com o projeto. Portanto, as últimas que tenho feito têm me servido de base para trabalho.

**Mariana Silva:** Qual é/foi o impacto dessas formações para a sua prática profissional?

**Professora D:**

**Mariana Silva:** Na sua formação inicial foi abordada a questão da inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?

**Professora D:** Tive uma cadeira de Necessidades Educativas Especiais! Ainda do 319, o 54 é agora antes teve o 3 e antes desse ainda estive o 319. Eu estudei o Decreto-lei nº 319, trabalhei especificamente com o 3 e agora decorri para o 54.

**Mariana Silva:** O que pensa sobre a inclusão destes alunos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, em sala de aula?

**Professora D:** Pronto é assim depende! Vós sabeis e, ainda por cima vedes a X e vedes Y e uns garotos na turma do quarto ano, eu aqui não tenho nenhuma. Por exemplo o Y, dá para estar na sala de aula e dá para trabalhar com ele, com os devidos materiais e adaptações. Agora a X, estás a ver como é que é não é. É mesmo muito complicado, para já para uma turma grande que eu já tenho, porque isto de ter turmas de 20 ou 21 tem

muito que se lhe diga para depois ter miúdos graves cognitivamente como é o caso da X. Mas se fosse por exemplo um miúdo com seletivas ou universais a coisa é mais fácil, não é. Nós professores temos de ter conhecimento dos programas e das metodologias para depois sabermos dar resposta a garotos com este tipo de medidas. Para estes garotos é preciso muito as parcerias materiais e de pessoas, humanas e materiais. Porque se eu não consigo ter aqui uma tarefa que é o caso que não tenho, uma terapeuta da fala vamos tendo, uma professora do Ensino Especial que só vem aqui duas vezes por semana isso acaba por não ser nada. E acabo por não conseguir fazer a inclusão da X, não vou mentir. A inclusão da X não está a correr bem, ela vem algumas vezes aqui para a sala sim, mas eu não consigo fazer a verdadeira inclusão, não sinto que o esteja a fazer. Claro que fico frustrada com isso, ainda por cima tenho formação nisso não é, como professora quero incluir todos os alunos nas minhas aulas, mas com a X, miúdos como a X, é difícil se não tiver os apoios materiais e humanos, isso é muito difícil.

**Mariana Silva:** De que forma é que contribui para a inclusão destes alunos?

**Professora D:** Por experiências que tive anteriores eu tive garotos da Educação Especial dentro da minha sala tenho obviamente de adaptar materiais, adaptar espaços, às vezes até o próprio currículo e o próprio programa adapto. Se não vou tão rápido vou um bocadinho mais devagar que até é benéfico para os outros miúdos, e adaptar ritmos de aprendizagem. Nós já não temos turmas ditas normais, nós já não temos turmas homogéneas como se calhar tínhamos quando eu e tu estudámos. Agora uma pessoa dentro da sala tem de ter jogo de cintura para lidar com extremos ritmos de aprendizagem, tanto dos miúdos ditos normais como os da Educação Especial. Se tu conheceres bem os programas e as Metas vais conseguindo adaptar ou tens de conseguir. Não acho que haja assim um método... Com aquele garoto que tem autismo ou por exemplo Síndrome de Asperger, agora aqueles miúdos que mais nos aparecem em sala de aula que são com algum problema cognitivos ou de aprendizagem, como se chamava antigamente não é, agora tens de adaptar currículos, cada vez mais. Agora até para os normais tens que sempre adaptar! Diferentes ritmos de aprendizagem dentro desta sala é o que eu tenho mais.

**Mariana Silva:** Como avalia as respostas gerais das escolas à inclusão destes alunos?

**Professora D:** Já te respondi à bocado quando te disse que estamos em falha com a X, estamos em falha com a tarefaira, estamos em falha número de horas de Educação Especial que esta turma não tem, portanto estamos em falha! Isto da inclusão é tudo muito bonito, mas depois na prática não existem recursos humanos e materiais é uma falácia. Podem-me crucificar, mas é a opinião que eu tenho!

**Mariana Silva:** Considera que as dificuldades que os(as) professores(as) sentem com a inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 podem ser minoradas através da formação contínua?

**Professora D:** Pode, mas é a tal coisa a teoria nem sempre acompanha a prática porque quando nos dizem tens de fazer, tens de fazer, mas depois não tens como fazer isto da inclusão é tudo muito bonito, mas tem de haver nas próprias escolas capacidade de darmos resposta. Quando nos dizem assim tens de trabalhar com material concreto! E onde é que está esse material? Por exemplo a escola até tem abacos e assim, esta escola até não é das piores em termos de materiais, mas há escolas que não têm disso e nos temos de criar... mas o professor tem tanta coisa para fazer que estar a criar materiais, uma coisa é materiais pedagógicos outra coisa são materiais concretos.

**Mariana Silva:** Que abordagens deveriam ser feitas numa formação contínua sobre a inclusão de alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018?

**Professora D:** A teoria é muito bonita, mas a prática não está lá.

**Mariana Silva:** Quer colocar alguma questão?

**Professora D:** Não, não...

**Mariana Silva:** Quer acrescentar alguma informação?

**Professora D:** Não, só dizer que a formação é muito boa, mas ir para o terreno e aprender a lidar com é muito importante. Crianças ao abrigo do 54 exige de nós muito mais que a formação, existe de nós um contacto, uma maneira, um jogo de cintura como eu costumo dizer que a formação não nos prepara para isso!

**Mariana Silva:** Obrigada pela sua colaboração!

**Professora D:** Obrigada!

## Apêndice F. Análise das entrevistas

Categorias de análise	Professora A (PA)	Professor B (PB)	Professor C (PC)	Professora D (PD)
Frequência de Formação Continua	“ Sim, frequento!”	“Sim, sim”	“Sim, somos obrigados a isso.”	“ Sim, (...) Embora eu não faça a formação por ser obrigada, faço porque quero incrementar os meus conhecimentos. Mesmo quando contratada e não era obrigada a fazer eu procurava fazer sempre!”
Temas da Formação Continua	“ Agora mais na digital. Mas já tenho na inclusiva.”	“Eu já fiz várias ações de formação, quase todos os anos faço! Por exemplo este ano fiz sobre Capacitação Digital, fiz também (...)	“ A última que fiz foi sobre um projeto do agrupamento, mas normalmente escolho a formação dependendo	“ As últimas foram sobre tecnologias (...) fiz também sobre o projeto MAIA (...)”

		de Yoga (...) fiz sobre programação e há dois anos fiz uma sobre Música e Expressões. fiz sobre programação e há dois anos fiz uma sobre Música e Expressões (...)”	do meu horário.”	
Impacto das formações na prática profissional	“ Ahh sim, sim! (...) Teve algum impacto talvez na sala de aula, ou seja, no modo de cativar os miúdos.”	“ Sim tiveram impacto na minha atividade letiva (...)”	“ Sim claro, tem sempre algum impacto”	“Algumas! Estas das novas tecnologias mais ou menos (...) Embora tenha dado outro eco outras coisas que eu não sabia, deu para aprofundar coisas e tirar duvidas. Em termos de formação os Workshops para mim são os melhores

				<p>porque estar muito teórico isso para mim não é nada. (...) na parte do MAIA também porque ainda por cima vir para uma escola que está com o projeto. Portanto, as últimas que tenho feito têm me servido de base para trabalho.”</p>
<p>Formação Inicial na área da Educação inclusiva e legislação dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018</p>	<p>“ O meu estágio na altura já foi dirigido a isso. Aliás, fiz um seminário integral nisso mesmo!”</p>	<p>“ Ui já foi há muitos anos, não davam muita importância. Na formação de base havia a prática letiva, mas não ligava muito ao Ensino Especial.”</p>	<p>“ Sim isso sempre se falou.”</p>	<p>“ Tive uma cadeira de Necessidades Educativas Especiais (...)”</p>

<p>Inclusão dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 em sala de aula</p>	<p>“Por um lado, eu concordo. Mas é um processo muito desgastante para o professora, e às vezes não é muito aceite pelos pais. (...) A integração é conseguida? É. É gratificante? Também é. Mas o rendimento não é o mesmo... Mas posso dizer que o bom aluno também se perde.”</p>	<p>“Acho que é uma maneira muito boa de eles trabalharem, junto com os pares eles aprendem mais e, portanto, há sempre uma interação que se cria com os alunos que é diferente de não estarem sala ou unidades.”</p>	<p>“Eu acho que é importante para esses alunos estarem integrados na mesma sala de aula que os restantes.”</p>	<p>“Tive uma cadeira de Necessidades Educativas Especiais (...) Nós professores temos de ter conhecimento dos programas e das metodologias para depois sabermos dar resposta a garotos com este tipo de medidas. Para estes garotos é preciso muito as parcerias materiais e de pessoas, humanas e materiais.”</p>
<p>Respostas gerais das escolas à inclusão</p>	<p>“É como eu já frisei. Eu acho que as escolas já trabalham muito nisso, mas ainda há muito a fazer porque também</p>	<p>“Digamos que não há muitos professores do Ensino Especial, há poucos. (...) Há muita</p>	<p>“Sinto (...) Deviam de existir mais professor de apoio em sala de aula.”</p>	<p>“Isto da inclusão é tudo muito bonito, mas depois na prática não existem recursos</p>

	há muita porta fechada...”	escassez de professores do Ensino Especial (...)”		humanos e materiais é uma falácia.”
Formação Contínua como resposta para a Educação Inclusiva	“ Eu acho que tem de ser por outras vias, a formação já está feita. A formação já temos nós, eu acho que devia ser por outros caminhos”	“ Sim, a formação contínua ajuda sempre, é uma mais-valia.”	“ Claro que sim, se estivermos melhor preparados é sempre mais gratificante”	“ Pode, mas é a tal coisa a teoria nem sempre acompanha a prática porque quando nos dizem tens de fazer, tens de fazer, mas depois não tens como fazer isto da inclusão é tudo muito bonito, mas tem de haver nas próprias escolas capacidade de darmos resposta.”
Que abordagens deveriam ser feitas numa Formação Contínua	“ Sim! Por outros meios, como por exemplo reduzir o número de alunos por turma, aumentar	“ todas as formações dos professores devem valorizar a diferença e ao mesmo tempo	“ (...) devia de existir um maior apoio por parte dos professores para estas crianças que	“ A teoria é muito bonita, mas a prática não está lá.”

	o número de professores.”	trabalhar também a turma no sentido de aceitar qualquer aluno da Educação Especial.”	apresentam medidas.”	
--	---------------------------	--	----------------------	--

Tabela 1. *Grelha de análise das entrevistas.*

